

A filosofia de Kant e a psicanálise

Maria Silvia R. M. Valladares,¹ Brasília

Resumo: O objetivo do presente estudo é tentar fazer algumas correlações entre a filosofia de Kant, expressa em sua obra *Crítica da razão pura* e a psicanálise, particularmente no que diz respeito ao trabalho de Bion, que, segundo nosso entendimento, foi muito influenciando por Kant.

Palavras-chave: Kant, transcendental, Bion, coisa-em-si, a priori, a posteriori, intuição

Introdução

Há muitos anos temos tido a preocupação de entender a filosofia de Kant e sua influência sobre a psicanálise de Bion, já que sempre nos foi relatado esse envolvimento.

Com muito esforço nos detemos na leitura da *Crítica da razão pura*, de Kant, e fizemos uma pequena síntese dessa obra. Entendemos que esse estudo, que me interessou profundamente, poderia ser útil aos colegas psicanalistas, assim como foi para mim.

No desenvolvimento deste trabalho destacamos alguns pontos de teoria bioniana, nos quais, segundo o meu entendimento, a influência kantiana pode ser sentida.

Por fim, levantamos algumas hipóteses relativas ao uso da intuição, expressa por Kant, na prática clínica.

Immanuel Kant (1724-1804) – O Idealismo Transcendental

Em sua obra *Crítica da razão pura*, Kant, entre outras premissas, fala-nos sobre o conhecimento científico-matemático da natureza, tal como Newton havia estabelecido.

1 Membro titular, psicanalista de crianças, adolescentes e adultos da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBSB) e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

Ele divide sua obra em: estética transcendental, analítica-transcendental, dialética transcendental e doutrina transcendental do método.

Para Kant, a ciência físico-matemática da natureza se compõe de juízos, ou seja, de teses, afirmações, proposições, e esses juízos analíticos e sintéticos irão fundamentar toda sua teoria do conhecimento.

Kant chama de juízos analíticos aqueles nos quais o predicado do juízo está contido no conceito do sujeito, são a priori. O juízo analítico está, portanto, fundamentado no princípio de identidade (repete no predicado o que está enunciado no sujeito) (Exemplo: O tem três ângulos = dentro do conceito de triângulo, o sujeito está identificado com o predicado – tem três ângulos).

Ao outro grupo de juízos, Kant os chama de sintéticos. São aqueles cujo conceito de predicado não está contido no sujeito. Esse juízo consiste em unir sinteticamente elementos heterogêneos no sujeito e no predicado. O fundamento da legitimidade dos juízos sintéticos se encontra na experiência, na percepção sensível. Eles, portanto, são verdadeiros quando a experiência, a percepção sensível os avaliza.

Para Kant, o conhecimento humano é composto de juízos sintéticos a priori.

– Como pode ser isso possível se o juízo sintético necessita ser fundamentado na experiência (por conseguinte não pode ser a priori) e o juízo analítico – que é a priori está fundamentado no princípio de identidade e, portanto, não aumenta em nada nosso conhecimento?

Kant vai dividir esse problema em três grandes grupos: primeiro, o conhecimento matemático (estética transcendental); segundo, o conhecimento físico (analítica transcendental) e terceiro, o conhecimento metafísico (dialética transcendental).

A estética transcendental (estética = teoria da percepção)

Em relação à matemática, Kant parte da premissa de que ela representa um sistema de leis a priori, de leis independente das experiências que se impõem a toda percepção sensível. Toda percepção sensível que tenhamos está sujeita a leis da matemática e essas leis não foram

deduzidas nem inferidas de nenhuma percepção sensível. O espaço e o tempo, base da matemática, não são coisas que conhecemos pela experiência, são estruturas que nós, a priori, fora de toda experiência, imprimimos sobre nossas sensações para convertê-las em objetos cognoscíveis.

Kant apresenta três asserções acerca do espaço e do tempo:

- O espaço e o e o tempo são puros, ou seja, a priori não procedem da experiência;
- O espaço-tempo não são conceitos de coisas reais, senão intuições;
- Esse espaço e tempo, intuições puras, intuições a priori são em efeito o fundamento da possibilidade dos juízos sintéticos na matemática.

O conhecimento da ciência, da física-matemática de Newton, não é contingente e particular, senão universal e necessário; portanto é absolutamente indispensável que as condições de cognoscibilidade latentes no objeto não pertençam ao objeto “em si mesmo”, senão que o pertença enquanto o sujeito as tenha suposto no objeto.

Pela primeira vez no pensamento moderno, aparece com toda clareza e precisão a correlação indissolúvel entre objeto e o sujeito.

O que o objeto é, não o é em si e por si, senão o tanto ou quanto é objeto de um sujeito.

Nessa indissolúvel e irreduzível correlação do sujeito e do objeto está o segredo do que se chama de “idealismo transcendental”.

O primeiro transmite da posição desta correlação entre objeto-sujeito, que consiste no fato de o sujeito imprimir no objeto as formas de espaço e tempo. As formas de espaço e tempo não são, pois, transcendentais, ou seja, não são propriedades que as coisas tenham por si e em si; são propriedades que as coisas têm, porque o sujeito, com ânimo de conhecê-las, colocou-as no objeto. O sujeito, assim, para conhecê-las, converte as sensações em coisas cognoscíveis.

As formas de sensibilidade, espaço e tempo, são, pois, as que o sujeito envia ao objeto para que o objeto se apodere dele, o assimile, se converta nele, e logo pode ser conhecido.

Assim, as “coisas em si mesmas” não existem, não as temos e, se não as temos, não podem se dizer nada, não podemos nem falar sobre elas. Nós não podemos falar além de coisas, não em si, senão na extensão de um espaço e sucessivas no tempo.

Porém, como o espaço e o tempo não são propriedades pertencentes às coisas, senão formas da sensibilidade, condições para a perceptibilidade que nós, os sujeitos, pomos nas coisas, isto resulta que jamais, em nenhum momento, podemos falar em conhecer as coisas “em si mesmas”. Só fará sentido se falar de coisas em “si mesmas” se elas forem recobertas das formas de espaço e tempo.

E essas coisas recobertas de espaço e tempo, Kant as chama de fenômenos. Portanto, não podemos conhecer “coisas em si mesmas” senão fenômenos, ou seja, as coisas provindas dessas formas de espaço e tempo que não as pertencem em si mesmas, porém as pertencem enquanto são objetos para mim, tendo sempre em vista a correlação objeto-sujeito.

Veremos, assim que o ato do conhecimento é primeira e fundamentalmente a posição dessa correlação, sujeito-objeto.

Concluindo, temos que o papel da matemática na filosofia de Kant é o de determinar a priori as condições formais que têm que ter todas as coisas para poderem ser conhecidas.

Analítica transcendental

Passando para a Física, como é possível haver juízos a priori na Física? Ou, dito de outro modo, como é possível termos conhecimento a priori de objetos reais?

Para Kant, temos um conhecimento a priori das coisas da natureza. Sabemos que todas elas são regidas por leis, têm uma substância, estão compostas de propriedades, aparecem e desaparecem seguindo leis fixas e que essas coisas são todas elas efeitos de causas e causas de

efeitos (ação x reação). Além disso, todas essas coisas, ou seja, o conjunto inteiro das coisas, o que chamamos de um sistema de leis universais, podem se expressar em fórmulas matemáticas, que traduzem com o máximo de exatidão as ações e reações, as causas e efeitos, essas essências e propriedades de todas as coisas. Tendo isso, sabemos, a priori.

Como é possível então esse conhecimento a priori da Física, ou seja, como é possível conhecimento da realidade das coisas?

Dizemos que algo é real quando pomos algo como sujeito de um juízo ou de uma série de juízos possíveis. Portanto, a realidade existente em algo não é outra coisa senão a sua capacidade de receber determinações mediante juízos.

A função fundamental dos juízos é, pois, determinar a realidade. Uma coisa ser real significa ser sujeito de toda uma série de juízos. Se a realidade consiste em ser sujeito de juízo, então a função mental, a função intelectual de formar juízos será ao mesmo tempo a função intelectual de estabelecer realidades.

A função intelectual do juízo é, portanto, a mesma que a função ontológica² de estabelecer uma realidade.

Esta identificação da função lógica do juízo com a função ontológica de pôr a realidade, é o ponto de partida que Kant se serve para reduzir todas as verdades de toda a realidade possível.

Kant, primeiramente, extrai de cada uma das formas clássicas de juízo, a forma correspondente da realidade, obtendo, segundo ele, a tábua das categorias. E a obtém, não como fez Aristóteles, por casualidade, mas através de deduções sistemáticas do ato mesmo de julgar, de formular juízos.

Teremos então, quanto a quantidade: os juízes individuais, que afirmam que uma coisa singular contém em seu seio a unidade; os juízes particulares, que afirmam de várias coisas algo, contém em seu seio pluralidade; os juízos universais, contém em seu seio a totalidade.

Do ponto de vista da qualidade, os juízes são: afirmativos, quando dizem que uma coisa é isto; os negativos, quando não é; e os infinitos,

2 Ontologia – Parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres.

quando dizem que algo não é, porém deixa aberto um campo infinito do que quer que seja.

Assim, Kant extrai dos juízos afirmativos, negativos e os infinitos as três categorias de essência.

Dos juízos, segundo a relação, dos juízes categóricos, hipotéticos e disjuntivos, Kant extrai três categorias: dos juízes categóricos, a categoria de substância com seu complemento natural de “propriedade”. Dos juízos hipotéticos, categoria de casualidade – de causa e efeito. E dos juízos disjuntivos, a categoria de ação recíproca.

Da quarta forma de dividir os juízos (da modalidade), Kant extrai as seguintes categorias: dos juízos problemáticos, extrai a categoria de possibilidade; dos juízos assertóricos, a categoria de existência; dos juízos apodícticos (A tem que ser B) extrai a categoria de necessidade.

O que significam essas doze categorias, que função desempenham?

Kant se propõe a demonstrar que as categorias são as condições de possibilidade dos juízos sintéticos a priori na Física. Mas, seu propósito vai mais adiante, qual seja, expor a fundo o seu pensamento filosófico: “Que as condições do conhecimento são ao mesmo tempo as condições de objetividade”.

Tudo o que as categorias nos dizem (que os objetos são uns, múltiplos, que podem agrupar-se em totalidade, que os objetos são substâncias com propriedades, com causas, com efeitos, efeitos com causas, têm entre si ações e reações) é que todas essas são condições sem as quais não haveria conhecimento.

Essas categorias, que são as condições de todo conhecimento, nos vêm das coisas, são as coisas que nos têm dado as categorias. O que as coisas nos enviam são impressões e somos nós que colocamos essas impressões nas coisas.

São, portanto, as coisas que se ajustam a nossos conceitos e não nossos conceitos que se ajustam às coisas (modelo de Copérnico → é a Terra que gira em torno do Sol).

As categorias, por conseguinte, são conceitos, porém conceitos puros, a priori, que não obtemos extraindo das coisas, mas que nós pomos, impomos às coisas.

Assim, Kant elimina por completo o resíduo de realismo aristotélico e fixa a correlação fundamental do sujeito e objeto no conhecimento.

Essas condições do conhecimento são o sujeito do conhecimento e que se dá ao objeto, converte a coisa em si mesma em objeto do conhecimento. Assim é que tanto o sujeito como o objeto do conhecimento são termos correlativos, que surgem no âmbito do pensamento humano, quando o homem quer conhecer, sente a curiosidade de saber o que são as coisas.

O que o eu é, quando se converte sujeito cognoscente, o é em relação com objeto a conhecer; e o que objeto a conhecer é quando deixa de ser mera sensação, mero monte de impressões para se converter em objeto a conhecer, o é não “em si”, senão em relação com o sujeito cognoscente. Então, nem o sujeito cognoscente é “em si”, nem o objeto a conhecer é “em si”, senão que o sujeito cognoscente é tal para o objeto, na função de conhecer; e o objeto a conhecer é tal para o sujeito cognoscente, na função de conhecer; porém não “em si e por si”.

Assim, as categorias são propriedades das coisas, enquanto são convertidas em objeto a conhecer; porém não em si mesmas. Nem o sujeito cognoscente, nem o objeto conhecido ou a conhecer, são em si. São fenômenos, segundo Kant.

Portanto, para o idealismo, o que existe não são as coisas, mas o pensamento; este é o que existe. O pensamento é, por um lado, pensamento de um sujeito que o pensa; e por outro, é pensamento de algo pensado por esse sujeito, de modo que o pensamento é essencialmente uma correlação entre sujeito pensante e o objeto pensado. Desta forma, esse pensamento, por ser correlacionado – uma relação inquebrantável entre sujeito pensante e objeto pensado, elimina necessariamente a coisa ou substância “em si mesma”.

Não tem nem pode haver no pensamento nada que seja “em si mesmo”, posto que o pensamento é uma relação entre um sujeito pensante e um objeto pensado.

Dialética transcendental

Kant não achava possível o conhecimento da Metafísica através da razão pura. Mas não nega e diz ser esta matéria assunto da “razão prática” ou consciência moral, que diz respeito à “coisa em si”, inatingível.

Finalizando, ele põe a primazia da razão prática sobre a razão pura, dizendo até que a primeira está a serviço da segunda, de Deus.

A intuição

Kant nos diz que é bastante digno de nota que não possamos discernir a possibilidade de uma coisa a partir da mera categoria, mas que tenhamos que ter sempre a mão uma intuição, para nela apresentar a realidade objetiva do conceito puro do entendimento.

Para ele, o pensamento é a ação de referir intuições dadas a um objeto. Diz ele:

Todo o nosso conhecimento parte dos sentidos, vai daí ao entendimento e termina na razão, acima da qual não é encontrado em nós nada mais alto para elaborar a matéria da intuição e levá-la à suprema unidade do pensamento. (2015)

Kant e Schopenhauer foram, até certo ponto, os mestres de Einstein no caminho da intuição da verdade.

“O princípio criado reside na matemática” (2015).

Ele entende por “raciocínio puro”, a intuição, que ele identifica com a imaginação ou a dedução, em oposição à indução.

Diz ele: “tento 99 vezes, e só na 100ª vez, acerto! Mas esta 100ª vez não é analítico-indutiva, é intuitivo-dedutiva (2015).

Segundo ele, uma intuição matemática não pode ser analisada pela ciência.

A matemática de Einstein também foi influenciada pela mística de Gandhi.

Admiração de Einstein por Gandhi se baseava na convicção, implícita ou explícita, de que o princípio da matemática é o mesmo princípio criador da mística. Ambos afirmam que pelo “puro raciocínio”, como Einstein chama a intuição, pode o homem descobrir toda e qualquer Lei do Cosmos, sem nenhum recurso à empiria dos sentidos nem a análise mental.

A psicanálise de Bion

Em toda a obra de Bion podemos perceber a influência de Kant. Inicialmente, podemos ver que em *Elementos de Psicanálise* ele propõe um aparato capaz de gerar pensamentos e propiciar seu desenvolvimento visando a uma sofisticação tanto no nível da abstração como no da organização, a sua grade. Esta é representada por um sistema de dois eixos, no qual o movimento dentro de cada um deles é concebido como implementado por dois mecanismos: continente-contido ($\text{♀} \text{♂}$) e as posições esquizoparanoide e depressiva (Klein) mais o fato selecionado ($\text{Ps} \leftrightarrow \text{D}$).

Os elementos do pensamento devem se combinar numa forma tripartite envolvendo os sentidos (categoria B, elementos alfa), mito (categoria C) paixões (L, H, K – amor, ódio e conhecimento), intensos sem ser violentos, também identificados como a categoria G, sistema dedutivo científico para formar objetos psicanalíticos, cuja contemplação possa gerar outros objetos psicanalíticos, as interpretações.

Não temos aqui a pretensão de explorar amplamente a teoria de Bion, pois ela é realmente muito densa e difícil.

Mas, o enfoque que pretendemos mais nos deter diz respeito à sua teoria do pensar.

Segundo Bion, o sistema por ele apresentado neste artigo mantém com proposições de filosofia a mesma relação que as proposições da matemática aplicada mantém com a matemática pura.

Ele considera o pensar como um processo que depende do resultado bem-sucedido de dois desenvolvimentos mentais básicos: o desenvolvimento dos pensamentos e o aparelho para pensá-los. O pensar

tem que ser criado para dar conta dos pensamentos. Esses pensamentos podem ser classificados em pré-concepções, concepções ou pensamentos e conceitos (pensamentos fixos).

Para Bion, a teoria de que o bebê tem uma disposição nata que corresponde à expectativa de um seio é utilizado como modelo.

O bebê faminto ou aflito tem uma pré-concepção de um seio que logo após o nascimento encontra uma realização próxima o bastante para originar uma concepção de seio. A partir daí, sua aflição vivida como um objeto, um não-seio, que ele expelle de várias formas, principalmente pelo choro.

Se a mãe é capaz de receber tudo isso, de conter as identificações projetivas – como uma forma de comunicação que o bebê dispõe, com a função de reverie da mãe, através de sua função-alfa, ela será capaz de devolver ao bebê de uma forma desintoxicada juntamente com o seio presente que substitui ou não-seio.

Esse é o vínculo K, pelo qual o bebê introjeta um seio como um objeto interno, com a ajuda do qual a função-alfa pode se tornar operativa na mente do bebê.

Os elementos-alfa não são a experiência da coisa-em-si, mas uma abstração e uma representação dessa, que enquanto se faz simultaneamente representa em ambas as formas consciente-inconsciente da experiência, de onde deriva o “sentimento de confiança” na sua realidade (visão binocular).

A junção, portanto, de uma pré-concepção com sua realização é sincrônica ao desenvolvimento de uma concepção.

Já o pensar, que não vamos entrar agora no mérito, está relacionado ao não-seio, à capacidade de tolerar a frustração.

O ponto que queremos questionar é o seguinte: O bebê, como vimos, tem a pré-concepção inata de um seio e projeta na mãe suas aflições através de identificações projetivas. A mãe, como vimos, as recebe com sua capacidade de rêverie usando de sua função-alfa. Até aí tudo bem.

Fazendo uma analogia com Kant, acreditamos que antes de todo esse processo a mãe usa a sua intuição, como o primeiro passo para

dar início a esse processo. Seria equivalente a uma pré-concepção? Pensamos que sim. Isso porque tanto a intuição de Kant quanto à pré-concepção de Bion são a priori.

O mesmo se dá, segundo pensamos, como a relação analista-analisando. O paciente, na transferência, através de identificação projetiva, remete ao analista suas angústias e este a capta primeiramente através de sua intuição (pré-concepção), que vai movimentar a rêverie e a função-alfa do analista, com vistas à transformação, à interpretação.

Para ter acesso a esse processo inconsciente o analista, como diz Freud, tem que se cegar artificialmente, usar de sua atenção flutuante. E, mais precisamente, como recomenda Bion (1991), manter-se em um estado de “sem memória, sem desejo, sem compreensão”.

Para Gandhi, num estado místico de esvaziar a mente, área de ausência de mente na vida mental, que poderá, segundo Bion, abrir uma vasta área de fenômenos ao psicanalista.

Teríamos muito ainda que explorar nesta área, mas gostaríamos de mencionar que ao final de “As transformações”, uma guinada começa a ocorrer (em Bion) no vértice e na linguagem, do matemático para o religioso.

Ele quer tratar a psicanálise como uma coisa-em-si que existia no mundo anteriormente a Freud.

A partir do vértice religioso entre Paraíso e Pandemônio (segundo Milton³), Bion efetua um passo com vistas a distinguir entre a realidade psíquica e o mundo das mentiras, o sistema delirante.

Em contrapartida, a concepção de verdade não requer “um pensador para existir, mas sim que o pensador precisa encontrar a verdade como uma ideia que ele pode expandir em sua mente. Entre as ideias que existem no mundo esperando pensadores, há algumas do vértice histórico-religioso, denominadas por ele ideias messiânicas.

Para Bion, a verdade absoluta “O” não é possível de ser contida. Apenas o místico sustenta comportá-la e contemplá-la, mesmo assim ele não pode comunicá-la sem certo grau de falsificação.

3 John Milton, autor de *Paraíso Perdido*.

Para concluir, acreditamos que o “O” de Bion corresponde na Filosofia de Kant à “coisa-em-si”, inatingível, Deus.

La filosofía de Kant y el Psicoanálisis

Resumen: El objetivo del presente estudio es intentar hacer algunas correlaciones entre la filosofía de Kant, expresada en su obra “Crítica de la Razón Pura”, y el Psicoanálisis, particularmente en lo que respecta al trabajo de Bion, que, según nuestro entendimiento, fue muy influenciado por Kant.

Palabras clave: Kant, trascendental, Bion, cosa-en-sí, a priori, a posteriori, intuición

Kant’s Philosophy and Psychoanalysis

Abstract: The objective of this study is to attempt to draw some correlations between Kant’s philosophy, as expressed in his work *Critique of Pure Reason*, and Psychoanalysis, particularly regarding Bion’s work, which, in our understanding, was significantly influenced by Kant.

Keywords: Kant, transcendental, Bion, thing-in-itself, a priori, a posteriori, intuition

Referências

- Bion, W. (1991). *O aprender com a experiência*. Imago.
- Bion, W. (1991). *As transformações*. Imago.
- Bion, W. R. (1991). *Elementos em psicanálise*. Imago.
- Bion, W. R. (1991). Teoria do pensar. In W. R. Bion, *Melanie Klein hoje* (Vol. I). Imago.
- Freud, S. (1969). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Imago.
- Kant, I. (2015). *Crítica da razão pura*. Vozes.
- Morente, M. G. (1952). *Lecciones preliminares de filosofía*. Alisada.
- Rohden, H. (2006). *Einstein, enigma do universo*. Martin Claret.

Maria Sílvia R. M. Valladares
mariasilviavalladares@gmail.com